

ACTA N° 2/2018

--*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Chamusca, realizada no dia vinte de abril de dois mil e dezoito no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, na Chamusca.* -----

--*Aos vinte dias, do mês de abril de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, realizou-se a **Sessão Ordinária**, da Assembleia Municipal de Chamusca, sob a presidência de **Joaquim José Duarte Garrido**, tendo como primeiro Secretário **Maria Inês Fernandes Ribeiro** e segundo Secretário **António José Tomaz Moreira**, convocada nos termos do n° 1, do artigo 27º, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a dois de abril de dois mil e dezoito, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:* -----

-----**DOCUMENTOS / INFORMAÇÃO/ CONHECIMENTO**-----

--*1 – Relatório de Atividades do Executivo Municipal Relativo aos Meses de Fevereiro e Março 2018;* -----

-----**DOCUMENTOS / APROVAÇÃO**-----

--*2 – Contabilidade:* -----

--*a) Prestação de Contas do Ano de 2017 – Apreciação e votação;* -----

--*b) Aplicação do Resultado Líquido do Exercício do Ano de 2017 – Apreciação e votação;* -----

--*c) Proposta de Revisão Orçamental n° 1/2018 e Aumento do Prazo de Duração do Contrato com Reprogramação dos Compromissos Plurianuais – Apreciação e votação;*

- 3 – **AR – Águas do Ribatejo, EM, SA:** -----
- a) **Aumento do Capital Social e Alteração Parcial dos Estatutos – Apreciação e votação;** -----
- b) **Designação do Fiscal Único – Apreciação e votação;** -----
- 4 – **Proposta Protocolo de Cooperação nº 51/2018 com União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande – Cedência a título oneroso de bens de limpeza e higiene – Apreciação e votação;** -----
- 5 – **Contratos Interadministrativos – Apreciação e votação:** -----
- a) **Contrato 1–2018 com Freguesia de Carregueira;** -----
- b) **Contrato 1–2018 com União das Freguesias de Parreira e Chouto;** -----
- c) **Contrato 2–2018 com União das Freguesias de Parreira e Chouto;** -----
- d) **Contrato 1–2018 com Freguesia de Vale de Cavalos;** -----
- 6 – **Contratos Interadministrativos – Campos de Férias de Verão – Apreciação e votação:** -----
- a) **Freguesia de Carregueira;** -----
- b) **União de Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande;** -----
- c) **União de Freguesias de Parreira e Chouto;** -----
- d) **Freguesia de Ulme;** -----
- e) **Freguesia de Vale de Cavalos;** -----
- 7 – **Designação de Quatro Cidadãos Eleitores com Capacidades para Intervir na Área das Crianças e Jovens em Perigo para a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – CPCJ.** -----
-

-----**PRESENCAS**-----

--Procedendo-se à verificação das presenças dos eleitos que compõem a Assembleia Municipal de Chamusca, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do n.º 1, do artigo 27º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, dos 20 (vinte) elementos em efetividade de funções: 12 (doze) do PS – Partido Socialista; 4 (quatro) da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, doravante “CDU” e 4 (quatro) da Coligação Chamusca é o Meu Partido – PPD/PSD – CDS-PP, doravante “Coligação Chamusca é o Meu Partido”, verificou-se a ausência justificada verbalmente, com a respetiva indicação de substituição, de José Joaquim de Jesus Braz por Carla Cristina Martins de Magalhães Marques. -----

--Da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente da Câmara Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, a Vice-presidente Cláudia Patrícia Alves Moreira e os Vereadores Gisela Maria Azevedo Trincão Matias e Rui Filipe Rodrigues Ferreira. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--O Senhor Presidente da Assembleia informou que Nuno Miguel Fernandes de Jesus passou a integrar o Plenário após pedido de renúncia de mandato de Fernando Manuel Duarte Garrido da Coligação Chamusca é o Meu Partido. -----

-----**VOTAÇÃO DA ATA**-----

--Presente a ata nº 1/2018 da Sessão Ordinária de vinte e três de fevereiro, auscultado o Plenário e nada de significativo ocorrendo foi a mesma objeto de votação e **Aprovada**, por maioria com duas abstenções. -----

--Inquirindo sobre possíveis intervenções o Senhor Presidente da Assembleia começou por dar a palavra ao Eleito Nuno Jorge Lino Mira, PS que principiando por saudar os

presentes, disse: -----

--“A minha intervenção está relacionada com o que aconteceu no dia onze de abril na Carregueira, a Bancada do Partido Socialista pretende manifestar uma profunda preocupação com o sucessivo e pede ao Senhor Presidente de Câmara que faça um ponto da situação porque a população está alarmada não só da Carregueira, mas de todo o Concelho da Chamusca. Dizer que estes acontecimentos são extremamente prejudiciais para o nosso território e também para a imagem das empresas sediadas no Eco Parque do Relvão uma vez que as populações começam a olhar com alguma desconfiança para as empresas do Eco Parque do Relvão, portanto agradecia ao Senhor Presidente que fizesse um ponto da situação também para nos esclarecer a todos.” -----

--Deste modo o Senhor Presidente da Câmara, cumprimentando os presentes, clarificou:

--“Em relação à questão colocada pelo Deputado Nuno Mira realmente foi uma preocupação que nós tivemos quando começamos a detetar também pela participação da população que nos alertou de imediato para a grande quantidade de espuma que estava a aparecer não só nas imediações do Eco Parque do Relvão mas que foi descendo até à Mãe D’Água e depois até à Nacional cento e dezoito na Carregueira. Nós desenvolvemos logo todos os esforços, nomeadamente com a nossa Seção de Ambiente, com os nossos Técnicos de Ambiente que acompanharam a situação desde o primeiro minuto, recolhemos amostras que enviamos para análise os resultados ainda não chegaram também pela “bateria” de análises que nós mandamos fazer para tentar detetar exatamente o que é que era aquele efluente, foi chamado o SEPNA para que estivesse presente no local e portanto para que identificasse, com os nossos serviços fizemos vistoria exaustiva a toda a rede pluvial daquela zona no Eco Parque do Relvão. Na sexta-

feira, faz hoje uma semana, vimos que a espuma persistia, inclusivamente nalguns locais ainda era maior o seu volume. Para além do SEPNA que esteve novamente no local e fez fiscalização às empresas das imediações que tinham licença para descarga em meio hídrico e portanto foram fiscalizadas pelo SEPNA, o IGAMAOT foi também alertado. Esteve no local também a ARH Tejo, eu inclusivamente falei com a diretora de serviços da APA e portanto foi enviada uma equipa da ARH e neste momento estamos a aguardar que realmente tenhamos o conhecimento, também, do tipo de contaminante, pensamos nós, ou possível contaminante pois pela espuma tinha que haver qualquer coisa logicamente, para tentar determinar primeiro a origem, temos uma suspeita mas não podemos concretizar, nem podemos afirmar que é uma empresa ao certo que fez a descarga na rede dos pluviais. Mas estamos com atenção juntamente com a Junta de Freguesia da Carregueira, com os nossos serviços de proteção civil, temos acompanhado, no sábado já não havia praticamente vestígios de espuma o que nos leva a crer que foi utilizado algum floculante na descarga de bacias de retenção de águas pluviais que poderá ter originado eventualmente aquela quantidade de espuma. De momento estamos a aguardar, eu penso que foi distribuído, também, aos Senhores Deputados os relatórios não só do que aconteceu no final da semana mas também no meio da semana com uma outra empresa com linha de sem fim de vidro nomeadamente com peixe, portanto uma empresa de compostagem, está tudo nos relatórios que os nossos técnicos elaboraram mas que agora estamos a aguardar o resultado das análises e também daquilo que foi o auto que o SEPNA da GNR levantou para podermos com quem tem o direito de fiscalizar e de atuar levantando autos que possa intervir nesta questão que tanto nos preocupa. Porque o Eco Parque é sobejamente sabido por todos

que para além daquilo é e que representa para a economia do Concelho também todos temos que ter a máxima atenção naquilo a nível ambiental e estamos a falar de resíduos sejam eles sólidos urbanos, sejam eles industriais perigosos ou banais, sejam eles hospitalares, sejam eles de outra natureza pelo que temos que ter a em consideração primeiro aquilo que é o nosso território, aquilo que são as condições de vida, aquilo que são as questões ambientais que temos que proteger, é o nosso legado, e atuar em conformidade daquilo que são as competências do Município e essa com certeza será sempre a nossa preocupação. Para além disso e porque se constatou principalmente nas redes sociais e na Freguesia da Carregueira, nomeadamente na aldeia da Carregueira as pessoas começaram a ficar alarmadas pela grande quantidade, foi feita também uma carta à população, da minha parte enquanto Presidente da Câmara, a explicar a situação e a explicar os procedimentos tomados para que as pessoas ficassem não tão alarmados ou pelo menos mais descansadas e que soubessem que o Município estava a acompanhar a situação, também nessa carta fiz questão de colocar os emails e os contactos das várias entidades responsáveis pela fiscalização e pela monitorização das linhas de água e da questão ambiental no Eco Parque para que toda a gente, em caso de se aperceber de algum tipo de ocorrência, possa de imediato comunicar seja à Câmara Municipal, seja ao SEPNA da GNR, seja diretamente aos outros serviços. Também aqui a nossa responsabilização a todos os cidadãos enquanto agentes da proteção civil possam também ser agentes da proteção do ambiente.” -----

--Intervindo Rui Martinho, Coligação Chamusca é o Meu Partido pediu ao Senhor Presidente da Assembleia: -----

--“Na última Assembleia no período dedicado à intervenção do público o Senhor

(S: 20.04.2018)

Engenheiro José Monteiro dos Santos Januário colocou três questões, abordou três temas eu gostava, não sei se é possível, de ter conhecimento das respostas uma vez que as questões foram colocadas em sede de Assembleia Municipal gostava, no caso de ser possível, que me fossem facultadas as respostas fornecidas ao Senhor Engenheiro José Monteiro. -----

--Posto isto passava então à intervenção propriamente dita que é o seguinte: estou bastante preocupado com o que se passa na Câmara Municipal da Chamusca em vários setores e decidi abordar aqui um que me preocupa sobremaneira, aqui há dias tive conhecimento dos novos rankings do índice da transparência municipal de dois mil e dezassete e não foi com surpresa, mas foi com preocupação que constatei que o Município da Chamusca desceu quarenta e oito lugares nesse mesmo ranking. Creio que enquanto aqui estiver como elemento da Assembleia Municipal a nossa função, a minha e de todos os meus colegas, será fiscalizar ou tentar fiscalizar o desempenho das funções do Município e é nesse contexto que eu vou tentar falar. Recuso-me a ter aqui uma postura apenas de levantar o braço quando é para levantar não levantar quando não é para levantar e pretendo contribuir, da minha forma, para o engrandecimento e para o enobrecimento desta Assembleia. -----

--O que é que se passa Senhor Presidente? É o seguinte na Assembleia Municipal de dezembro esta Assembleia aprovou, eu ajudei a aprovar também, um acordo de execução entre a União de Freguesias da Parreira e do Chouto e o Município no valor de vinte e nove mil trezentos e vinte e um euros e vinte e um cêntimos não está a ser respeitada a cláusula onze desse acordo de execução, no mesmo dia houve um Acordo de Execução aprovado entre a Junta de Freguesia de Ulme e o Município no valor de vinte e três mil

quatrocentos e oitenta e três euros e quinze cêntimos também não está a ser respeitada a cláusula onze, em relação à Junta de Freguesia da Carregueira, cinquenta e dois mil oitocentos e noventa e sete euros e sessenta e dois cêntimos, também não está a ser respeitada a cláusula onze, Junta de Freguesia de Vale de Cavalos, dezanove mil trezentos e sessenta e nove euros e oitenta e cinco cêntimos, também não está a ser respeitada a cláusula onze, não está a ser respeitada por ambas as autarquias pelas quatro Juntas ou Uniões de Freguesia e pelo Município. Nesse mesmo dia aprovamos também um contrato interadministrativo entre o Município e a Junta de Carregueira para a atividades de apoio e animação à família de vinte cinco mil cento e cinquenta euros não está a ser respeitada a cláusula nove por nenhuma das autarquias, ainda na Assembleia Municipal de dezembro contrato Interadministrativo entre a Junta de Freguesia de Vale de Cavalos e o Município em relação à Academia Sénior treze mil seiscentos e sessenta euros cláusula nove está em incumprimento por ambas as autarquias, no mesmo dia o Município e a União de Freguesia Parreira e Chouto – Academia Sénior, trinta e seis mil cento e sessenta euros, não está a ser respeitada a cláusula nove por nenhuma das autarquias, Universidade Sénior da Carregueira, vinte e dois mil seiscentos e sessenta euros, entre a Junta de Freguesia da Carregueira e o Município não está a ser respeitada a cláusula nove por nenhuma das autarquias, União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande vinte, e dois mil seiscentos e sessenta euros, Universidade Sénior das União de Freguesias não a ser respeitada a cláusula nove apenas pelo Município. Ainda na Assembleia Municipal de dezembro União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande/Balcão do Município, seis mil euros, não está a ser respeitada a cláusula nove pelo Município da Chamusca apenas, Junta de

Freguesia de Ulme/Balcão do Município, seis mil euros, aqui a cláusula dez não está a ser respeitada por ambas as autarquias, eu quando digo ambas as autarquias a mim só me preocupa não estar a ser respeitado pelo Município mas é só para esclarecimento adicional, União de Freguesias Parreira e Chouto/Balcão do Município, doze mil euros, não está a ser respeitada a cláusula nove, Balcão do Município com Junta de Freguesia de Vale de Cavalos não está a ser respeitada a cláusula dez, Balcão do Município/Junta de Freguesia da Carregueira não está a ser respeitada a cláusula nove. Ainda na Assembleia Municipal de dezembro Contrato Interadministrativo entre o Município e a Junta de Freguesia de Vale de Cavalos/Obras e Reparações, oito mil quatrocentos e quarenta euros, não está a ser respeitada a cláusula dez, entre o Município e União de Freguesias da Parreira e Chouto/Manutenções Permanentes Limpezas de Ribeiras e Desmatção, no valor de dez mil quinhentos e cinquenta euros, não está a ser respeitada a cláusula doze, entre o Município e Junta de Freguesia de Ulme/Manutenções Permanentes, Limpeza de Ribeiras e Desmatção, nove mil trezentos e setenta e nove euros, não está a ser respeitada, igualmente, a cláusula doze, Junta de Freguesia da Carregueira e Município /Manutenções Permanentes, Eco Parque, Limpeza de Ribeiras e Desmatção, quarenta e três mil quinhentos e cinquenta e oito euros e vinte cêntimos, não está a ser respeitada a cláusula doze. Continuando na Assembleia de dezembro Junta de Freguesia da Carregueira Contrato Interadministrativo, com o Município, Campo de Férias, dois mil euros, não está a ser respeitada a cláusula nove, União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande/Campo de Férias também Contrato Interadministrativo, no valor de mil euros, não está a ser respeitada pela parte do Município a cláusula nove e outras, União de Freguesias de Parreira e Chouto/Campo

de Férias, dois mil euros, não está a ser respeitada a cláusula nove. Protocolo de Cooperação número quarenta e cinco, no valor de cinco mil e quinhentos euros, entre o Município e a União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande não está a ser respeitada a cláusula treze e outras. -----

--Agora entrando na Assembleia Municipal de fevereiro, esta Assembleia aprovou e eu ajudei a aprovar, um Contrato Interadministrativo entre a União de Freguesias de Parreira e Chouto/Campo de Férias, dois mil euros, não está a ser respeitada a cláusula nove, entre a União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande e o Município/Campo de Férias, dois mil euros, não está a ser respeitada a cláusula nove pelo Município, entre o Município e a Junta de Freguesia de Carregueira/Campo de Férias, dois mil euros, não está a ser respeitada a cláusula nove, entre o Município e a Junta de Freguesia de Ulme/Campo de Férias, mil euros, não está a ser respeitada a cláusula nove. -----

--Resumindo, Senhor Presidente, temos aqui entre Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos assinados entre o Município e as várias Juntas ou Uniões de Freguesia os seguintes totais: - Com a Junta de Freguesia da Carregueira cento e cinquenta e quatro mil duzentos e sessenta e cinco euros e oitenta e dois cêntimos em que não estão a ser respeitadas algumas Cláusulas dos Contratos como eu disse anteriormente, com a União de Freguesias da Parreira e Chouto noventa e dois mil euros e trinta e um euros e vinte e um cêntimos, com a Junta de Freguesia de Vale de Cavalos quarenta e sete mil quatrocentos e sessenta e nove euros e oitenta e cinco cêntimos, com a Junta de Freguesia de Ulme trinta e nove mil oitocentos e sessenta e dois euros e quinze cêntimos, com a União de Freguesias de Chamusca e Pinheiro

(S: 20.04.2018)

Grande trinte e sete mil cento e sessenta euros não estão a ser respeitados estes contratos unicamente pela parte do Município. Pergunto ao Senhor Presidente porque isto se passa, eu não sei dizer por que é que não estão a ser respeitadas estas cláusulas, não faço a mínima ideia mas presumo que será a discrepância de valores é tão obscena e tão pornográfica que há vergonha de parte das várias autarquias das publicitarem no seus sites e darem conhecimento às populações por isso é com maior preocupação que vejo que o índice de transparência poderá cair drasticamente depois em relação a dois mil e dezoito. -----

--Atenção que na página do Município os acordos de execução com as cinco Juntas ou Uniões de Freguesia datam todos de dois mil e catorze, depois temos os contratos interadministrativos com a Parreira e Chouto o último que lá está é de dois mil e dezassete, com a Junta de Freguesia da Carregueira e com a Junta de Freguesia de Vale de Cavalos os últimos que estão são de dois e dezasseis, com a União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande e com a Junta de Freguesia de Ulme os últimos que estão para consulta pública são de dois mil e quinze, é a situação que acontece. Em relação àquele protocolo que eu disse, ao Senhor Presidente, que não estava a ser cumprido além da cláusula nove gostava de abordar mais concretamente a que é que se passa a União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande tinha a seu cargo a limpeza urbana até trinta e um de dezembro por decisão unilateral do Município essa limpeza urbana foi a uma empresa, o que é que passa? Nós tínhamos o pessoal e houve um protocolo de cooperação, número quarenta e cinco, assinado por mim e pelo Senhor Presidente da Câmara, a 18 de janeiro, em que o Município se comprometia a transferir mensalmente as verbas para pagar os vencimentos dos elementos ao abrigo do contrato de emprego e

inserção, o que é que se passa? O contrato foi, como já disse, assinado a dezoito de janeiro em fevereiro a fatura do dia dezanove de janeiro foi paga logo no dia dezanove de janeiro certamente por lapso, presumo eu, depois a fatura de fevereiro, de 15 de fevereiro, para pagarmos os vencimentos a vinte, vinte e um de fevereiro, não foi paga portanto contrariando o que o protocolo obriga, como é lógico pagamentos mensais, foi paga a oito de março três semanas depois da fatura, o que é que se passou? No dia vinte de fevereiro a União de Freguesias adiantou as verbas aos funcionários que precisam de viver, tem as suas famílias, as suas vidas e a Junta adiantou, só a oito de março o Município fez a transferência para a União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande. Em março a situação foi mais complicada, a fatura de dezasseis de março foi paga a vinte e dois, eu dado ao sucedido em fevereiro e sabendo que a União de Freguesias já não tinha mais verba, para adiantar, para pagar os vencimentos do pessoal e sem ter obrigação nenhuma disso porque o Município sabe os protocolos que assina mas dada as boas relações existentes entre mim e o Senhor Vereador Engenheiro Rui Ferreira tive a ousadia de lhe telefonar e ele como sempre atendeu-me, também gostava aqui de fazer um parênteses vou cometer uma inconfidência e acho que vou, talvez, prejudicar o Senhor Engenheiro Rui Ferreira porque sempre que eu telefono ele atende-me e eu não estava habituado a esse tratamento, eu sei que o vou prejudicar porque ele se calhar não devia fazer isso mas ele é bem formado e tem esse cuidado, no dia vinte alertei o Senhor Vereador para a situação porque a união de Freguesias já não tinha tesouraria para adiantar os vencimentos o Senhor Engenheiro disse que ia ver a situação certo é que a verba não foi transferida e no dia vinte e um não se pagaram os vencimentos. No dia vinte e dois os trabalhadores vieram à Câmara saber de sua justiça

e só nessa altura é que a verba foi transferida para a União de Freguesias, depois de uma situação bastante desagradável como é óbvio, assim que deu entrada na União de Freguesias foi transferido para a contas das pessoas em tempo real praticamente não houve problema nenhum. Em relação à fatura de abril posso adiantar que já está liquidada, em tempo oportuno, e os trabalhadores receberam hoje o vencimento e já estava paga desde o dia doze, portanto em quatro meses por este protocolo dois meses o Município cumpriu nos outros dois meses não cumpriu, num deles a Junta adiantou no outro pagou-se atrasado foi quando o Município fez a transferência, são situações que creio eu que não deviam acontecer estão escritas, são protocoladas se não se cumpri o que está escrito como é que eu posso almejar alguma vez que se cumpra aquilo que se diz sem estar escrito, é impensável. -----

--Senhor Presidente sei que a minha intervenção vai longa mas vou terminar já com mais um exemplo da discriminação negativa que creio que a União de Freguesias está a ser alvo por parte do Município, o Município fez agora, na segunda-feira de sextas uma pequena atividade de dinamização tentando reavivar o espaço do Senhor do Bonfim e a tradição das famílias se deslocarem àquele espaço acontece que a limpeza urbana, desde um de janeiro, que é responsabilidade do Município que delegou em quem quis, já era da sua responsabilidade e tinha delegando na União de Freguesias e agora delegou numa empresa como acabei de dizer há pouco. Acontece que o espaço não estava minimamente em condições o meu tesoureiro uns dias antes tomou a liberdade de contactar o Senhor Júlio Santos e foi dito ao meu tesoureiro que aquele espaço era da União de Freguesias portanto a Câmara não tinha nada que se preocupar com a limpeza do mesmo claro que não é verdade, claro que o acordo de execução assinado,

por mim e pelo Senhor Presidente da Câmara, em onze de julho de dois mil e catorze nos espaços verdes assumidos pela União de Freguesias consta lá espaço verde do Senhor de Bonfim portanto a Câmara nunca podia estar em dois mil e catorze a delegar na União de Freguesias para que assumisse os espaços verdes se os espaços verdes fossem da União de Freguesias, claro que são do Município. Agora tanto na Chamusca como no Pinheiro a União de Freguesias está a ser proprietária de um conjunto de espaços que não fazia a mínima ideia que era e que não é na verdade mas o que se faz passar para a opinião pública é que aquilo está naquelas circunstâncias porque é propriedade da União de Freguesias. Não é verdade senão nunca haveria um acordo de execução a elencar estes espaços entre os quais o do Senhor do Bonfim por exemplo.” -----

--Concedia a palavra a Bruno Miguel Marques de Oliveira, PS, após saudar todos os presentes mencionou: -----

--“Acho um pouco estranho aqui estas palavras do União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande eu penso que neste último ano o Senhor Presidente acordou de uma “ressaca festiva” dos últimos quatro anos, porque o que se passou nos últimos quatro anos acho que não sei ou foi algum tipo de vergonha por não ter desempenhado as funções, agora estarmos a associar algum tipo de ligação de que nós não estamos a desempenhar as nossas tarefas e os nossos compromissos, penso que não. Nós temos feito todas as diligências e temos cumprido todos os contratos como tem sido propostos, temos aliás acima de tudo excedido os contratos que temos feito, acho um pouco estranho estas palavras. Eu acho que houve uma má habituação, se calhar, por parte do Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande pelo trabalho que desempenhou e hoje está a revelar está a criar um estigma do passado que é criar um

estigma entre o norte e o sul querendo centralizar apenas a Chamusca. Eu acho que pela primeira vez as pessoas da Parreira e do Chouto sentem um pouco o que é que é a Chamusca, sentimos o prazer de ser da Chamusca, temos a devida atenção o que não se passava certamente no passado, agora os contratos não serem cumpridos acho isso um pouco estranho e estar a elucidar algumas cláusulas que estão a ser faladas estranho muito essas cláusulas que estão a ser enunciadas porque os contratos estão a ser cumpridos, há aí contratos que está a mencionar que ainda nem entraram em vigor que isso é que me está a deixar bastante estranho, eu sinceramente das cláusulas que falou eu nem tive tempo para ir ver quais é que são, nem consegui ver, será o quê? A publicitação?” -----

*--Por sua vez Joel Nunes Marques, PS, referiu após apresentação dos seus cumprimentos:-
--“Eu estava e estou preparado, sempre, politicamente preparado para ouvir críticas de todos os lados não estou preparado para ouvir, porque me ensinaram assim e porque é um pacto de há muitos anos, ouvir uma crítica de um colega presidente de junta, estava sim preparado para, se calhar, receber um telefonema de um colega presidente de junta a alertar-me para algo, não estava preparado para isto sinceramente porque há uma solidariedade, porque só quem é presidente de junta percebe todas as dificuldades que é exercer esse cargo, todas as dificuldades que é ser ao mesmo tempo pedreiro, servente, empreiteiro, jurista, engenheiro do ambiente mas se calhar só alguns percebem o que é ser isso. Também não estava preparado para chegarem perante esta Assembleia assumir que se a cláusula em causa, porque não sei de cor, porque eu preocupo-me mais em servir as populações e o dinheiro que vem da delegação destas competências que são do Município e são delegadas nas Juntas. A preocupação primeira é servir as populações*

bem, eu posso dizer que as limpezas do Eco Parque estão a ser feitas com muito sacrifício do pessoal afeto à junta de freguesia que não tem sido fácil fazer as ceifas daquele espaço em conformidade com a legislação, que saiu de forma avulsa nos últimos meses, que não tem sido fácil termos campos de férias com a qualidade que temos vindo a ter, que não é fácil para um presidente de junta construir um projeto pedagógico para que seja aprovado pelo IPDJ para ter esse mesmo campo de férias, que não é fácil cativar voluntários e ter setenta alunos numa Universidade Sénior, que não é fácil ao fim de um dia, depois de uma longa jornada de trabalho, porque todos nós temos a nossa profissão nem todos somos políticos a tempo inteiro, chegarmos e fazermos os relatórios de tudo isto e emitirmos para a Assembleia Municipal, de emitirmos para a Câmara Municipal e não é fácil receber esta falta de solidariedade de alguém que nós no passado, porque não podemos ter memória curta, fomos solidários e aprovamos protocolos aqui que todos sabíamos para o que é que era e que levantamos todos o braço por solidariedade. A mim e de certeza absoluta, falo pelos presidentes de junta, aqui presentes menos pelo último interveniente, tenho a certeza absoluta que levantaremos sempre o braço para tudo o que vá para uma junta, porque se vai para uma junta vai ser bem entregue. Mais eu tenho que reconhecer aqui publicamente, perante esta Assembleia, como já disse há pouco não sei qual é o artigo nove nem o onze, mas cálculo que seja a publicação se é a publicação e baseado no que o Senhor Deputado do PSD disse e já que o PSD se vincula a esta denúncia, acabada de efetuar, eu coloco nesta Assembleia à votação a renúncia destes contratos e depois nós iremos explicar à nossa população o que é que o PSD disse e também teremos que assumir as nossas responsabilidades que não um presidente de junta ao fim de um dia de trabalho porque não tem dinheiro para pagar a uma empresa

que lhe gira o site não publicou ainda os contratos interadministrativos no site, por isso coloco a esta Assembleia que se vote a renúncia principalmente dos contratos interadministrativos celebrados com a Freguesia da Carregueira e que se coloque à votação essa mesma renúncia baseando no que foi aqui alertado e denunciado pelo PSD e que o PSD ficará logicamente agarrado a esta decisão.” -----

--Passada a palavra ao Eleito Nuno Jorge Lino Mira, PS, este disse: -----

--“Uma das referências da intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande foi em relação à transparência e ao ranking da transparência e integridade da associação cívica e eu gostaria de dizer que a posição neste ranking de transparência, em dois mil e treze, do Município da Chamusca em que estava na posição duzentos e sete e que em dois mil e dezasseis na posição setenta e dois, portanto apesar de se encontrar neste momento na posição cento e vinte o que é facto é que a partir do momento em que o Executivo passou a ser liderado pelo Partido Socialista no ranking desta associação pertence à primeira metade da tabela e não à segunda. Deixe-me também ressaltar o excelente trabalho dos Presidentes de Junta do Partido Socialista que não mereciam de forma alguma este ataque pelo aquilo que tem feito pelas populações das suas Freguesias.” -----

--Intervindo o Eleito Rui Miguel Azevedo Martinho, Coligação Chamusca é o Meu Partido, aludiu: -----

--“Eu disse e tenho a certeza que o disse, há bocado, que o que me interessava dizer aqui era que o Município não estava a cumprir a cláusula em relação às juntas de freguesia não tenho nada a ver com isso como é óbvio, agora todas as coisas que eu disse aqui e vou dizer hoje são factuais há provas ou há documentos em como o que eu estou a dizer

é verdade, não é o diz que disse, não é nada disso, há provas. A situação tem a ver com contratos interadministrativos e acordos de execução que foram a maior parte deles, como fiz questão de dizer, aprovados, não sei se estão em vigor nem me interessa, mas foram aprovados em dezembro estamos no fim de abril e alguns pouco, quatro salvo erro, em fevereiro portanto quando ainda não houve tempo para fazer o que a cláusula diz então eu sugiro uma coisa que tirem esta cláusula nove ou doze ou treze, conforme os contratos ou os acordos, então que a tirem se não está cá a fazer nada a única que cumpre é a União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande tirem, eu sei perfeitamente que isto é copy paste de outras situações ou de outros municípios mas tirem este, não é? Se ninguém cumpre se há cinco Juntas ou Uniões de Freguesia só uma é que cumpre, se há uma Município que é parte comum a todos que não cumpre nenhum tirem esta cláusula, não está cá a fazer nada. Por isso é que eu disse que o único entendimento e a única explicação que eu tenho para esta situação é vergonha de pôr lá os valores pela discrepância com outras freguesias neste caso a minha, só vejo esta porque se diz aqui se foi assinada por todos os presidentes se estão de acordo porque é que não se cumpre? É uma questão factual não tem nada que saber. Senhor Presidente a minha intervenção aqui é querer reforçar o que disse de início eu tenho a obrigação de fiscalizar enquanto membro desta Assembleia, como disse há bocado eu não vim aqui para levantar o braço ou mantê-lo em baixo quando dizem para fazer isso porque não é o caso aqui mas pode haver no futuro casos muito mais complicados em que os Deputados Municipais, se não sabem deviam saber, podem ser responsabilizados também por determinadas situações que aprovam aqui ou deixam de aprovar ou com as quais pactuam, deduzo que saibam mas é sempre bom reforçar isso.” -----

--Interrompendo o Senhor Presidente da Assembleia questionou: ***“Posso depreender que depois destas suas palavras que quer dizer que o Município não está a cumprir mas que os seus colegas Presidentes não tem culpa de nada disso, ou quer retirar o que disse é porque o princípio da sua conversa não coincide agora com esta abordagem.”*** -----

--Respondendo o Eleito: - ***“Senhor Presidente eu não mudei uma vírgula, nem retiro o que disse eu só disse que estava aqui para fiscalizar o Município não estou para fiscalizar as outras Juntas de Freguesia.”*** -----

--Intervindo novamente o Senhor Presidente da Assembleia disse referir-se ao que o eleito disse sobre o não estar aqui para criticar os seus colegas das Juntas de Freguesia mas sim o não cumprimento por parte da Autarquia, neste caso, da Câmara Municipal e que é contraditório com o princípio. -----

--Retorquiu o Eleito que: - ***“ Se alguns deles se sentiu afetado não tenho culpa.”*** -----

--Por sua vez o Eleito Nuno Jorge Lino Mira, PS, referiu: -----

--***“Só para esclarecer porque acho que ninguém disse exatamente o que é que é a cláusula no e para todos perceberem o que é que é a cláusula nove e também para ficar registado, a cláusula nove diz “publicitação e publicidade e diz ambos os outorgantes deverão publicitar devidamente este contrato nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da internet”, tendo em conta que o Senhor Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande detetou o que me parece ser uma falha das Juntas de Freguesia e do Município. Acho que estes contratos por lapso não foram publicados mas que irão ser publicados o mais rapidamente possível e portanto acho que não é motivo para levar a uma discussão tão alongada como esta.”*** -----

--Por sua vez a Eleita Maria Manuela Luz Marques, CDU, disse: -----

--“Eu tenho estado a ouvir com toda a atenção o que aqui tem sido dito pelos diferentes intervenientes e gostaria de dizer só uma coisa, que prevaleça o bom senso, que realmente aquilo que não foi feito e que parece uma coisa muito grave pode ser reparada sem prejudicar de facto aqueles que dependem destes contratos interadministrativos ou outros. Portanto eu concordo, em absoluto, que se acabe com este assunto não faz sentido nenhum do nosso ponto de vista que isto seja votado, o Senhor Deputado da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande detetou o assunto os outros também já assumiram que realmente nem sempre estas coisas podem ser feitas a tempo e horas porque não há tempo, há outras prioridades, que haja bom senso e que prossigamos, se calhar, com outros assuntos.” -----

--O Senhor Presidente da Assembleia questionou o Presidente da Junta de Freguesia da Carregueira, Joel Nunes Marques, no sentido de saber se este mantém a proposta de levar a votação a renúncia a estes protocolos respondendo o Eleito: -----

--“Ora vamos cá ver uma coisa cabe a esta Assembleia fiscalizar a bancada do PSD fiscalizou e entendeu que os Presidentes de Junta não estavam a cumprir, que o Município não estava a cumprir mas não podemos ficar todos quietos, isto é a minha opinião e a minha ótica e eu penso que esta Assembleia após saber esta gravíssima denúncia que o PSD levantou aqui, gravíssima, penso que devemos votar se entendemos que os contactos se devem manter ou se são renunciados porque cabe à Assembleia decidir, também foi esta Assembleia que os aprovou por isso eu não retiro a minha proposta, é que não retiro mesmo até porque é um voto de confiança que posso ter desta Assembleia enquanto Presidente de Junta dizerem-me podes continuar a servir a

população ou então se rejeitarem essa proposta também posso dizer há minha população
“Olha acabou, acabou porque isto aconteceu assim, assim.” -----

--Assim sendo o Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato a colocar ao critério do Plenário a votação ou não do assunto sendo que foi aprovado por maioria, com três abstenções, um voto contra e os restantes a favor a votação da renúncia ou não dos contratos interadministrativos e acordos de execução. -----

--Joel Nunes Marques, PS, citou: -----

--“Já que o pedido aprovado foi do Senhor Joel Marques atrevi-me a redigir aqui a votação que será, penso eu: - Atendendo à denúncia realizada pelo PSD de falha de cumprimento da publicação dos contratos interadministrativos e acordos de execução que esta Assembleia vote a sua renúncia.” -----

--Deste modo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta de renúncia apresentada a qual foi votada e rejeitada com cinco votos a favor, cinco abstenções e quinze votos contra. -----

*--Nuno Jorge Lino Mira, PS, apresentou pela bancada do PS a seguinte **Declaração de Voto:*** -----

--“A não publicitação no site realmente está em incumprimento deve ser cumprido mas não nos parece ser suficiente para prejudicar as populações de tal forma a uma mudança brusca naquele que é o trabalho efetuado pelas juntas de freguesia nas suas Freguesias.” -----

--Pela bancada da CDU Maria Manuela Luz Marques referiu: -----

--“Há variadíssimos acordos que não foram publicitados, que também fique aqui decidido que serão os últimos que foram aqui aprovados que devem ser colocados nos

sites porque não vamos fazer, agora, trabalho para trás porque senão não nunca mais saímos daqui.” -----

--Usando da palavra José Lourenço Vieira Trindade, PS, citou: -----

--“Tenho só a transmitir que destes contratos interadministrativos que o meu colega Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande referiu há contratos interadministrativos que eu já efetuei o trabalho e ainda não recebi porque também ainda não faturei. Lastimo realmente a intervenção do meu colega foi bastante infeliz porque está a pôr em causa a honestidade e o trabalho, ele não sabe o que é trabalhar para a população, ele sim teve quatro anos sem fazer nenhum a tempo inteiro a tomar conta da Junta de Freguesia fez o que fez e todos nós sabemos. Por vezes perdemos um bocadinho a razão por que somos enxovalhados além de trabalharmos bastante, eu além de trabalhar na Junta de Freguesia ainda tenho que fazer oito horas no exterior, não é fácil mas dou o “cabedal” com muito gosto pela minha população mas também não posso ficar calado ouvindo certas palavras, ainda por cima, de um colega Presidente de Junta.” -----

--Intervindo novamente o Eleito Rui Miguel Azevedo Martinho citou: -----

--“Senhor Presidente só para reiterar que eu estou aqui a cumprir a minha função, volto a dizer a minha função é fiscalizar, limitei-me a enunciar situações que não estavam de acordo com o que foi assinado e limitei-me a dizer isso, evidentemente que não queria prejudicar as populações, é óbvio, é do senso comum qualquer pessoa percebeu isso. Esta reação mais uma vez corporativa que está a existir aqui eu percebo-a perfeitamente mas estão a querer que eu é que fique aqui mal visto e perdoe-me a expressão “nos paus dos bois” quando eu fui o único que cumpri os contratos que assinei é curioso, é nenhum

deles cumpriu portanto volto a dizer tirem-se estas cláusulas dos contratos futuros, não estão lá a fazer nada se ninguém as cumpre tirem-nas.” -----

--Cedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara este esclareceu: -----

--“Depois de ter sido confrontado enquanto Presidente do Órgão Executivo com a questão de índice de transparência e incumprimentos que realmente se verificou, neste momento, que estavam em falta a questão da publicitação na íntegra dos contratos interadministrativos e dos acordos de execução, inclusivamente os serviços já me confirmaram que houve uma falha no carregamento dos ficheiros à data, e não foi confirmado, daí também as desculpas à população, sendo o Senhor Deputado, não enquanto Presidente de Junta, mas enquanto mas Deputado um exímio especialista de código de procedimento administrativo como aqui referiu e bem. Está publicitado realmente que existem os contratos interadministrativos seja em termos de publicitação das atas da Câmara Municipal, seja da Assembleia Municipal só não estão publicitados realmente na íntegra os contratos e os acordos, de referir realmente que dentro da especialidade referida aqui pelo Senhor Deputado a questão dos pagamentos daquilo que é um contrato e que agora logicamente verificando já na altura e verificando agora que se tratam de contratos de emprego e inserção, contratados com a Junta de Freguesia em cedência ao Município da Chamusca que iremos verificar com o Instituto de Emprego e Formação Profissional com clareza e já que o Senhor Deputado, também coincidentemente é Presidente de Junta da União de Freguesias, sobre a legalidade dos contratos logicamente teremos que ver se não estamos em incumprimento na questão de ressarcir a Junta de Freguesia porque o contrato está assinado com a Junta. Sabendo perfeitamente bem os prazos legais, até pela sua atividade profissional, por isso volto a

referir ele conhece perfeitamente o procedimento administrativo dentro de uma Câmara Municipal e de um Município sobre os prazos que temos legalmente que cumprir desde a entrada de um documento nomeadamente uma nota de débito vinda seja de uma junta de freguesia ou seja de qualquer associação até à altura da transferência efetiva para a referida conta bancária ou por cheque. Agradecendo ao Senhor Presidente ter o cronograma tão bem explicito faltou só aí uma pequena data que foi a data da entrada do documento aqui no Município o que realmente fez com que o mês passado houve aqui um hiato e tempo em que realmente não fizemos a transferência coincidindo com um fim-de-semana atrasado logicamente a dita transferência. Este mês isso não se verificou os serviços da União de Freguesias atempadamente enviaram a nota de débito e atempadamente a transferência foi feita cumprindo escrupulosamente todo o procedimento que temos dentro do serviço. -----

--Não querendo entrar por outros hiatos porque enquanto Presidente do Órgão Executivo e sendo este o segundo mandato e tendo participado na elaboração dos contratos interadministrativos e acordos de execução do mandato anterior deixem que vos diga que me custa muito ouvir algumas coisas, mas custa-me mais ainda constatar outras e portanto como ainda sou novo, como às vezes me dizem “és novo ainda tens muito para aprender” é bom realmente que tenhamos todos a noção e o esclarecimento daquilo que vai sendo exposto aqui nesta Assembleia Municipal enquanto órgão fiscalizador, como disse e muito bem, que fiscalize, eu proponho até a todos que façam uma temporada aqui no Município, que venham aos serviços, toda a gente tem acesso a tudo já a nossa Chefe de Divisão sabe que os Senhores Deputados e os Senhores Vereadores todos podem vir e consultar tudo o que diz respeito ao Município da

Chamusca, portanto custa-me ouvir algumas coisas, repito, mas fico-me por aqui.” -----

--Pedindo novamente a palavra o Eleito Rui Miguel Azevedo Martinho declarou: -----

--“Realmente o Senhor Presidente insinuou aqui, não passou de uma insinuação, que os atrasos no pagamento destas faturas, para pagar ao pessoal, devia-se ao atraso do envio por parte da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande na mais falso do que isso, os documentos são emitidos num dia o máximo no dia seguinte estão cá portanto isso é uma desculpa de mau pagador, como se costuma dizer, até porque vou só dar o exemplo de fevereiro a fatura foi emitida a quinze não sei em que dia entrou na União de Freguesias, se não entrou a quinze entrou a dezasseis e foi paga três semanas depois, portanto essa não pega.” -----

--O Senhor Presidente da Assembleia citou: -----

--“Senhor Deputado eu queria-lhe dizer que fez uma pergunta sobre as questões na última Assembleia Municipal do cidadão José Monteiro eu quero-lhe dizer que desde a última Assembleia até agora e foi notório porque eu mandei correspondência para todos os Senhores Deputados foi uma altura anormalmente grande de imensas perguntas ao Presidente da Assembleia Municipal, à mesa e a todos os seus Deputados às quais tentei dar todas as respostas e ao Senhor José Monteiro só foi posto na terça ou na quarta-feira a resposta porque pensei que uma resposta às perguntas daquele teor teriam que ser bem avisadas. Então só na segunda-feira vai receber como todos os Deputados mais esta resposta porque tudo aquilo que é feito na Assembleia todos os Deputados porque eu tenho essa postura e faço chegar a todos as dezenas de perguntas que fazem à Assembleia pelas mais diversas coisas e continuarei assim.” -----

--Por sua vez Maria Manuela Luz Marques, CDU, tendo em conta que o período da ordem

do dia já tinha sido ultrapassado questionou se a sua bancada ainda poderia apresentar uma moção tendo o Senhor Presidente assentido. Assim e pela bancada da CDU Rui Miguel Oliveira da Cruz apresentou o seguinte: -----

-----“MOÇÃO -----

--Por ocasião do 44.º aniversário da Revolução de Abril. -----

--A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional. -----

--O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. -----

--Portugal, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações. -----

--O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira. -----

--A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras

eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências. -----

--As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. -----

--Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República. -----

--Face ao exposto, a Assembleia Municipal da Chamusca reunida a 20 de Abril de 2018, delibera: -----

--1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma ruptura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português. -----

--2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações. -----

--Chamusca, 20 de Abril de 2018 -----

--Os Eleitos da CDU — Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)” -----

--Colocada à votação a supracitada moção foi **Aprovada** por unanimidade.-----

--Continuando os trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia iniciou o Período da Ordem do Dia: -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**DOCUMENTOS / INFORMAÇÃO/ CONHECIMENTO** -----

--1 – Relatório de Atividades relativo aos meses de fevereiro e março de 2018 –
Apreciação; -----

--O Senhor Presidente da Câmara explanou o assunto: -----

--“Trata-se do que está no documento dou só duas ou três notas relativas à situação financeira, portanto ao grau de execução da receita ao dia trinta de março com 22,037%, também em relação ao controlo orçamental da despesa neste o grau de execução da despesa ao dia trinta e um do mês de março é de 16,27% em relação à questão dos empréstimos do PAEL e do PREDE estão a ser cumpridos integralmente e em relação ao prazo médio de pagamento nesta data também a quatro dias. -----

--Em relação aos pagamentos em atraso não existem, dos fundos disponíveis tínhamos qualquer coisa como dois milhões quinhentos e oitenta e sete mil e trinta e cinco euros e trinta e três cêntimos e do restante relatório se houver alguma dúvida por parte dos Senhores Deputados disponham. -----

--Maria Manuela Luz Marques, CDU, questionou o seguinte: -----

--“Eu tinha aqui algumas questões para colocar acerca deste relatório e na área da educação duas questões o ponto de situação do projeto sucesso escolar da CIMLT, que

(S: 20.04.2018)

nós também estamos a aplicar, o ponto e situação sobre as eventuais avaliações parciais no final e do primeiro e segundo período às AEC's, depois em fevereiro saber, se for possível, quantas notificações para os proprietários de limpeza de terrenos é que foram feitas e em que Freguesias e também algum esclarecimento sobre a passagem da gestão das fossas comunitárias em Ulme e Vale de Cavalos para as Águas do Ribatejo.” -----

--A Senhora Vice-presidente da Câmara mencionando a área da educação esclareceu:

--“Relativamente à equipa multidisciplinar de intervenção comunitária já iniciou no começo do mês estão neste momento em fase de formação e de avaliação a fazer um levantamento daquilo que existe e afazer um ponto de situação de todas as respostas.” -

--A Senhora Vereadora disse não ter percebido a pergunta sobre as AEC's pelo que a Eleita Maria Manuela Luz Marques aclarou tendo em conta que se trata da aplicação de um projeto novo que gostaria de saber se foram feitas avaliações no final do primeiro e segundo períodos e qual o feedback da mesma, respondendo a Senhora Vice-presidente que têm recebido as avaliações por parte das professoras titulares e do agrupamento, que oferecem um feedback sobre a forma como tem decorrido as AEC's, e permitido retificado todas as situações que tem sido identificadas sendo que contam no final do ano letivo fazer o balanço dado que só nessa altura todas as turma passaram pelas três áreas do projeto.

--Para esclarecer as restantes questões apresentadas pela Eleita o Senhor Presidente da Câmara usou da palavra: -----

--“Em relação à questão que a Senhora Deputada Manuela Marques colocou sobre as notificações de terrenos dizer daquilo que foi na primeira fase e portanto dentro das faixas secundárias onde a GNR esteve a fazer a fiscalização do nosso território, foram identificadas setenta e três parcelas em que não estavam a cumprir em todo o território,

não sei de cor por localidade ou casal mas foram setenta e três no território da Chamusca, duas Freguesias que estavam em prioridade, Ulme e Vale de Cavalos, curiosamente foram as freguesias que tiveram menos notificações e onde foram verificadas menos situações de irregularidade. Já foram feitas várias notificações a proprietários destas setenta e três e neste momento já foram feitas desde o início do mês as verificações por parte do GNR com a nossa técnica do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal verificando-se que uma grande parte das não conformidades que existiam em relação à gestão de combustível nestas parcelas estavam cumpridas e limpas. daquelas que não foram ainda hoje assinei oito ou nove notificações a proprietários que não cumpriram dentro da primeira fase e só no final do mês é que vamos ter aquilo que é a faixa de procedimentos a verificação do que será ou não o cumprimento do que está disposto na legislação. Dizer-vos que também em relação à questão de limpeza de terrenos dentro da faixa de gestão primária neste momento a ACHAR tem uma candidatura apresentada pelo que vai fazer a gestão da rede primária em todo o Concelho, financiada, nós estamos, neste momento, com faixas de interrupção de combustível são só duzentos e cinquenta e três quilómetros no território da Chamusca em que há uma faixa central de seis metros mais dez metros para cada lado dentro das faixas de interrupção de combustível de corte raso, a ficar só terra e pedras nem ervas podem ficar nós logicamente não temos recurso para isto, havia financiamento, detetamos também junto do nosso Gabinete Técnico Florestal intermunicipal e com a ACHAR que muita desta faixa estava a passar em terrenos com agentes apoiados financeiramente pela comunidade pelo optamos neste momento por fazer faseadamente, porque não temos obrigação de fazer este ano, a faixa de interrupção de combustível.

Candidatamo-nos a treze quilómetros à volta do Eco Parque do Relvão de faixa de interrupção de combustível pelo que as faixas de interrupção de combustível vão ser feitas até final de dois mil e dezanove, depois com as possíveis manutenções que são obrigatórias. -----

--Em relação à questão da limpeza de fossas até final do mês de junho, se não me engano, quem ainda não fez a ligação à rede de saneamento mas que a tenha à porta poderá fazê-lo de forma gratuita os nossos técnicos e os técnicos das Águas do Ribatejo tem estado a acompanhar no terreno fazendo a verificação de quem tem caixa à porta para fazer a ligação e portanto a partir de junho o Município vai deixar, dentro aquilo que a ESAR obriga, de fazer a limpeza gratuita do serviço de fossas pela posição legal das guias que são necessárias emitir para fazer o transporte deste tipo de resíduos que estão nas fossas para as estações elevatórias e pra as ETAR's portanto vamos deixar também de fazer este tipo de serviço. A população tem duas opções primeiro para o saneamento, não o tendo, e vai ter três ou quatro limpezas por ano e não é cobrado o serviço por parte das Águas do Ribatejo, ou por outro lado e nós sabemos que ainda existem inúmeras fossas rotas pelo cada vez que for necessário ir o limpa fossas a um terreno privado, que solicite este tipo de limpeza, será cobrada a taxa porque não está a pagar taxa de saneamento. Este é procedimento adotado de momento e penso que vai correr bem inclusivamente a ligação vai ser gratuita ao mês de junho." -----

--Maria Manuela Luz Marques; CDU referiu: -----

--"Porque é na minha Freguesia e isso interessa-me gostaria de saber que tipo de publicitação é que foi feita em relação a esta ligação que por enquanto vai ser gratuita, já agora coloco outra questão sobre a ZAE de Ulme, a zona das carvoarias, gostaria de

saber que tipo de desenvolvimentos é que o Município está a ter em relação ao isso.” ---

--“ Relativamente à questão do saneamento, limpeza de fossas, a verificação está a ser feita porta a porta e a ser entregue um ofício e um flyer por fogo habitacional que tenha contador de água e que tenhamos conhecimento que tem saneamento próprio ou seja com fossa, está a ser feito pessoalmente para que depois ninguém diga que não tinha conhecimento desta medida. -----

--Em relação aos fornos de carvão quem tem acompanhado seja na comunicação social, seja nas redes sociais, seja em Ulme ou até na Chamusca desde que foi anunciado que o canil intermunicipal seria instalado na zona do Casal Novo num dos terrenos junto dos atuais fornos de carvão que da parte de alguns industriais que estão a explorar a parte florestal, seja com corte de madeiras seja com a produção de carvão, que a coisa tem sido mais animada e digo animada porque realmente lá em cima tem havido muita movimentação desde novembro e estando nós em abril já vimos tudo desde parques de sucatas, parques de paletes em terrenos que nunca tinham sido ocupados, terrenos municipais a serem vedados, produção e sobreprodução que agora é contínua. Veio, mais uma vez, à Câmara Municipal essa situação e depois de ter reunido com dois dos exploradores que tinham uma declaração de cedência para utilização de terrenos no entanto e porque havia uma grande dispersão, a maior parte das vezes conhecimento de boca de que havia cedências para utilização de partes de terreno, que não são lotes são parcelas de terreno, a vários carvoeiros e portanto por decisão da Câmara Municipal e por unanimidade que todas e quaisquer declarações de cedência de utilização de terrenos e deliberações da Câmara Municipal fossem anuladas, não havendo neste momento qualquer título de cedência de parcelas de terreno. Logicamente que temos o

entendimento que na revisão de PDM teremos que fazer em alta a questão do loteamento industrial com o crescimento da zona industrial e para se poder legalizar aquelas unidades. Facto é que as unidades não estão licenciadas, não há legalizações, nem fiscalização daí logicamente o entendimento do Executivo de fazer a rescisão e a anulação destas declarações de cedência e também das deliberações tomadas em sede de Câmara Municipal para a utilização daqueles espaços.” -----

--Perguntando a Eleita Maria Manuela Luz Marques quais as soluções para aquela gente respondendo o Senhor Presidente da Câmara que: -----

--“A solução do tipo de indústria que está ali a ser praticado, industria tipo três, produção de carvão só pode ser feita em zonas industriais pelo que a resolução passava por comprar ou alugar um terreno e deslocalizar a atividade para uma zona industrial. É logico que que todos sabemos do investimento feito nos fornos e nas atividades que estão naquele local e claro quando lhe falei na venda dos terrenos olharam para mim com uma cara estranha tipo a pensar que os terrenos já eram deles, utilização, procedência, nunca pagaram renda à Câmara, nunca tiveram qualquer título de prestação em relação à exploração do terreno, nunca houve nenhum tipo de renda nem de qualquer tipo de pagamento e portanto se me disser que não tenho sensibilidade para esta questão, são várias famílias, concordo plenamente, temos realmente vários industriais de fora do Concelho que não deixam cá um cêntimo e nem os empregados são de cá, nomeadamente empregados estrangeiros, temos ali dois ou três casos que eu até considero serem os mais fáceis de resolver. Portanto há pessoas fora do Concelho que estão a explorar o nosso território sem deixar cá um cêntimo com tudo aquilo que advém de uma exploração industrial que não está licenciada.” -----

-----**DOCUMENTOS / APROVAÇÃO**-----

--Devido à premência de alguns assuntos o Senhor Presidente da Assembleia Municipal optou por pedir a aprovação dos pontos abaixo descritos em minuta para efeitos imediatos nada surgindo contra. -----

--2 – Contabilidade: -----

a) *Prestação de Contas do Ano de 2017 – Apreciação e votação;* -----

--Usando da palavra o Senhor Presidente abordou o assunto de forma sucinta: -----

--“Para além da questão do documento técnico de prestação de contas e para além que é a análise económico-financeira e orçamental das contas do mandato anterior e deste mandato e reflete exatamente aquilo que tem sido a gestão do Município da Chamusca nomeadamente naquilo que tem vindo a ser o investimento que o Município tem cumprido logicamente em relação ao proposto em orçamento e verificamos que da parte do Município para além de cumprir todos os seus compromissos financeiros, não só com fornecedores mas também com a banca nomeadamente no que diz respeito aos programas de cooperação financeira, conseguindo fazer um decréscimo dos encargos que o Município tinha, a dívida que o Município tinha, tendo obtidos resultados líquidos na ordem dos cento e catorze mil e dez euros. Vendo aqui que em relação ao passivo e só para se fazer uma resenha em relação aos últimos sete anos para termos a noção realmente da evolução do Município desde dois mil e dez conseguimos perceber que o passivo desceu, no que respeita ao resumo do balanço, 55,28% ou seja passamos dos dezanove milhões cento e noventa e dois para oito milhões e meio de euros. Portanto estando a cumprir, como já referi, com os empréstimos que são de médio longo prazo em relação aos programas de recuperação financeira vimos seja aos prazos de longo

pagamento, seja na aquisição de serviços e de bens, seja nos compromissos com os fornecedores conseguimos cumprir e neste momento o Município da Chamusca pelas contas apresentadas mostra alguma serenidade financeira em que a relação de execução entre o que são as dotações dos orçamentos e aquilo que é o realizado e pago efetivamente durante o exercício realiza o pressuposto de qualquer autarquia que é fazer uma boa gestão financeira do erário público. Em relação a este assunto se os Senhores Deputados tiverem alguma questão estarei logicamente disponível para esclarecer, dizer que desde há muitos anos que o nosso parecer e o relatório de parecer do Revisor Oficial de Contas não têm qualquer tipo de reservas, as reservas que vinham as ser já quase uma norma na apresentação de contas estão neste momento regularizadas, assim e com a nossa Chefe de Divisão se houver alguma questão estaremos disponíveis para responder.” -----

--Pela bancada do PS, Nuno Jorge Lino Mira, manifestou: -----

--“Em relação à prestação de contas de dois mil e dezassete é importante referir aqui alguns dados que demonstram a boa gestão financeira realizada pelo Executivo Municipal nomeadamente o grau de execução de despesas correntes que alcançou 91,5% do grau de execução, o grau de execução das receitas correntes que alcançou 97,97% de grau de execução o que mostra hoje em dia por este Executivo o orçamento não é visto apenas como uma mera obrigação legal mas sim como uma importante ferramenta de controlo de gestão como mandam aliás as boas práticas da gestão financeira. Ressalvar que existe um saldo de gerência superior a dois milhões e meio de euros o que é um indicador da saúde financeira do Município e da capacidade do Município de abraçar novos projetos para o Concelho da Chamusca, dizer também que

a dívida a terceiros continua a decrescer situando-se no final do ano de dois mil e dezassete um pouco superior apenas a dois milhões de euros e que os empréstimos contraídos com o PREDE e com o PAEL no final de dois mil e treze totalizavam um valor superior a quatro milhões e oitocentos mil euros e que no início de dois mil e dezoito apenas totalizam o valor de um milhão e oitocentos. -----

--É importante dizer que o prazo médio de pagamentos no final do ano de dois mil e dezassete é de quatro dias, portanto isto demonstra a excelente gestão financeira que o Executivo Municipal do Partido Socialista está a realizar à frente do Município da Chamusca.” -----

--Foi a referida Prestação de Contas votada e Aprovada por maioria com quatro abstenções da bancada da CDU e em minuta para efeitos imediatos. -----

--b) Aplicação do Resultado Líquido do Exercício do Ano de 2017 – Apreciação e votação; -----

--Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara apresentou o ponto: -----

--“Já referi que o resultado do exercício foi de cento e catorze mil e dez euros e vinte e oito cêntimos o que deve ser aqui transvertido para os resultados transitados o que no final do exercício apresentava aqui um saldo negativo de trezentos e quarenta mil quinhentos e dez euros e noventa e seis cêntimos, portanto de acordo com o que o POCAL diz deve ser aqui repartido de várias formas nomeadamente pelo reforço de património e da constituição ao reforço de reservas pelo que a proposta é que a Assembleia Municipal votasse aqui logicamente favoravelmente a aplicação do resultado líquido do exercício de dois mil e dezassete no montante de cento e catorze mil dez euros e vinte e oito cêntimos nos resultados transitados.” -----

--Nada surgindo a matéria foi colocada à votação e Aprovada por unanimidade. -----

c)Proposta de Revisão Orçamental nº 1/2018 e Aumento do Prazo de Duração do Contrato com Reprogramação dos Compromissos Plurianuais – Apreciação e votação;

--Sintetizando o senhor Presidente da Câmara explicou: -----

--**“É uma proposta de revisão orçamental em alta em que temos que incorporar na transferência de saldo de gerência dois milhões quinhentos e trinta e sete mil duzentos e setenta e dois euros e trinta e oito cêntimos. Esta era uma das deliberações que nós pedíamos que fosse tomada nesta revisão orçamental e que está também nos mapas tal como tinha referido que algumas rubricas não estavam com o valor da totalidade e portanto com a transferência de saldo de gerência previmos que fosse nesta ordem de grandezas pudesse ser incorporada agora com a transferência do saldo de gerência. Por outro lado, também, aquilo que tem vindo a ser a gestão financeira do Município e com a necessidade que temos neste momento de adquirir um autocarro, que tem um valor ainda significativo são duzentos e setenta e seis mil setecentos e cinquenta euros, que pudéssemos fazer uma forma de financiamento para a aquisição, considero juntamente com o Executivo que sendo este um bem que transita todos os dias pelas nossas Freguesias e pelo País fora tem que ter uma amortização ao longo do tempo, a vida útil de um carro destes vendo também pelo aquilo que são os tempos de vida útil dos autocarros do Município rondará os quinze ou dezasseis anos em que poderemos transportar crianças, assim fazemos uma proposta para que se faça a aquisição do autocarro através dum leasing a noventa e seis meses. Fazendo as contas ao que seria o aluguer de um autocarro rondaria os cento e cinquenta, cento e sessenta euros ao dia, feitas as contas rondaria os noventa e seis meses é logico que para assumir**

compromissos plurianuais para este período de tempo precisamos, logicamente, que a Assembleia Municipal delibere qual o momento do prazo de vigência do contrato assim como autorize a reprogramação dos compromissos plurianuais.” -----

--Novamente pela bancada da CDU, Maria Manuela Luz Marques: -----

--“Em relação ao prazo de pagamento do autocarro só gostaríamos de dizer que não estamos, obviamente, contra a aquisição do autocarro, ele é preciso farta-se de palmear quilómetros, portanto se for novo há de ter um período de vida útil, se nada acontecer, maior que do que se for em segunda mão ou já tiver muitos quilómetros de qualquer forma achamos que oito anos é um período excessivo para o seu pagamento. Consideramos que entre cinco e seis anos seria o prazo médio de pagamento mais adequado para esta aquisição.” -----

*--Dando o assunto por encerrado o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a referida alínea do ponto dois à votação tendo a mesma sido **Aprovada** por unanimidade e em minuta opara efeitos imediatos. -----*

--3 – AR – Águas do Ribatejo, EM, SA: -----

--a) Aumento do Capital Social e Alteração Parcial dos Estatutos – Apreciação e votação; -----

--Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara este elucidou: -----

--“Da parte do Conselho de Administração das Águas do Ribatejo, houve naquilo que foi a demonstração de resultados, que realmente a sociedade tinha resultados transitados no montante de sete milhões quinhentos e noventa e dois mil quinhentos e quarenta e três euros e quarenta e um cêntimos, se bem que sabemos que daquilo que é o capital social da empresa Águas do Ribatejo que foi todo em espécie na altura da constituição

da empresa intermunicipal, o capital social na altura cifrava-se nos seis milhões oitocentos e setenta e um mil seiscentos e oitenta e um euros sendo as suas ações de valor nominal de um euro cada. Sabendo que os resultados transitados dentro do código das sociedades comerciais podem ser para a rubrica de outras reservas ou os dividendos podem ser repartidos pelos sócios, neste momento da parte do Conselho de Administração e da Assembleia Geral foi decidido que houvesse um reforço daquilo que é o valor nominal de cada ação reforçando assim para o dobro o capital social da empresa. Ou seja a proposta é exatamente que se reforce o valor do capital social em seis milhões oitocentos e setenta e um mil seiscentos e oitenta e um euro, reforçando logicamente a valorização das ações de um para dois euros. -----

--É lógico que isto em qualquer empresa quanto maior for o capital social e o valor das ações maior e melhor será a valorização, esta valorização também advém muito daquilo que foram os investimentos pelas Águas do Ribatejo com novas infraestruturas, com o alargamento da rede não só de água para consumo, mas também das redes de saneamento e portanto a primeira proposta é realmente de fazer o aumento de capital com a valorização do valor nominal das ações. -----

--Por outro lado também houve uma proposta de alteração estatutária das Águas do Ribatejo em que existem vários pontos propostos, eu penso que da parte dos Senhores Deputados todos leram a proposta de alteração de estatutos eu vou só ler os pontos principais, logicamente se houver alguma questão, alguma dúvida dentro do que eu souber responder irei responder, mas das alterações estatutárias está em primeiro a questão da alteração da denominação social da AR – Águas do Ribatejo EM, S.A. para AR – Águas do Ribatejo E.I.M., S.A. porque de facto é uma empresa intermunicipal,

outra das propostas de alteração estatutária tem a ver com a limitação do acesso do capital social apenas a municípios e entidades compostas exclusivamente por municípios, a terceira proposta que está na alínea c) é o da duração dos mandatos dos órgãos sociais, a quarta proposta enumerada na alínea d) são outras alterações à redação dos estatutos, nomeadamente a questão do acordo ortográfico, etc, naquilo que tem a ver com especificações de mais algumas alíneas, nomeadamente a questão dos votos de qualidade em relação ao presidente do conselho de administração. Em relação ao procedimento e à aprovação também do aumento de capital e das alterações estatutárias é esta a proposta. Se houverem algumas dúvidas alguma questão que eu consiga esclarecer estarei disponível.” -----

*--Consultado o Plenário sobre possíveis intervenções e nada surgindo foi o respetivo ponto colocado à votação e **Aprovado** por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos o **Aumento do Capital Social e a Alteração Parcial dos Estatutos da AR – Águas do Ribatejo, EM, SA** -----*

*--3 – **AR – Águas do Ribatejo, EM, SA:** -----*

*--b) **Designação do Fiscal Único –** Apreciação e votação; -----*

--Retomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara explicou: -----

*--É também da competência das Câmaras Municipais remeter às Assembleias Municipais a designação do fiscal único da sociedade e a proposta das **Águas do Ribatejo, do seu Conselho de Administração e Assembleia Geral é a designação de João António Carvalho Careca, ROC, tendo como ROC suplente Elsa Maria Trindade Gomes Câncio Martins, para Fiscal Único da AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A..** -----*

*--Nada surgindo foi a referenciada alínea colocada à votação e **Aprovada** por*

unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

--4 – Proposta Protocolo de Cooperação nº 51/2018 com União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande – Cedência a título oneroso de bens de limpeza e higiene

– Apreciação e votação; -----

--O Senhor Presidente da Câmara esclareceu: -----

--“É o que está na proposta, escuso-me a fazer comentários, foi uma solicitação da parte da União de Freguesias pelo que se houver alguma dúvida ou comentário estou à disposição.” -----

--Solicitando intervenção o Eleito Rui Miguel Azevedo Martinho, Coligação Chamusca é o Meu Partido, disse: -----

--“De facto é como o Senhor Presidente da Câmara diz a União de Freguesias solicitou ao Município esta proposta de protocolo e fê-lo por um conjunto de razões, primeiro sabíamos que o Município tinha muito material de limpeza e higiene em stock, depois de acordo com aquilo que serão as regras elementares de gestão o estudo deste assunto obedeceu a três critérios primeiro o preço mais baixo, portanto o Município transaciona estes bens para a União de Freguesias a preço de custo nenhum outro fornecedor nos conseguia fazer um preço tão baixo devido à economia de escala com que o Município trabalhou com os seus fornecedores, por outro lado e ao mesmo tempo o Município também proporciona um prazo de pagamento mais alargado à União de Freguesias o que é sempre vantajosos para qualquer entidade e o terceiro item tomado em consideração foi o melhor prazo de entrega o que torna mais rápido o processo. Tornase muito mais fácil os materiais de higiene e limpeza serem cedidos através do Município do que por outra empresa, portanto foi este conjunto de condições que nos levaram a

propor esta situação ao Município. -----

--Agora se o Senhor Presidente me autorizar eu gostava só de dar uma palavra ao Senhor Presidente da Câmara que era se o Município cede a título oneroso estes bens de higiene e limpeza a mais alguma Junta ou União de Freguesias ou se é só à União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande.” -----

--Respondendo o Senhor Presidente da Câmara: -----

--“Senhor Presidente esclarecendo logicamente a Mesa da Assembleia tenho que lhe dizer que as questões que o Senhor Presidente da União de Freguesias aqui coloca não correspondem exatamente à verdade, a questão dos preços nunca por nunca ser foram comunicados ao Senhor Presidente da União de Freguesias toda a gente sabe que independentemente da economia de escala que o Município possa ter vai ter que faturar e voltar a meter IVA sobre os produtos, isto foi esclarecido com o Senhor Presidente, não quer dizer que os produtos vão ser mais baratos pelo contrário, aliás nem é atividade do Município ser vendedor a retalho de bens de limpeza pelo que o que realmente se passou foi a solicitação do Senhor Presidente da União de Freguesias ao Município, até porque nas escolas já estava a faltar materiais de limpeza e da parte das educadoras, professoras e das nossas funcionárias já havia esta sinalização. Dentro as competências descritas na Lei 75/2013 as Juntas de Freguesia têm por obrigação fornecer os materiais e bens de consumo e limpeza para as escolas do primeiro ciclo e pré-escolar o Senhor Presidente solicitou que se a Câmara não conseguia “desenrascar” e portanto nós dentro da boa-fé e daquilo que são os princípios, ao contrário daquilo que se tem dito hoje e tristemente, o Município da Chamusca está sempre disponível para colaborar com as Juntas de Freguesia e portanto decidiu-se fazer um protocolo de colaboração, o

Município tem grandes quantidades em armazém, muitos destes produtos temos que os adquirir para entregar à Junta de Freguesia ou até ceder dos produtos que temos disponíveis para uso regular do Município. O que é feito realmente é uma ajuda à União de Freguesias como está exposto no ofício do Senhor Presidente da União de Freguesias que atendendo às dificuldades financeiras, que a Autarquia atualmente atravessa e que condiciona o movimento das suas competências, solicita apoio para assegurar o normal fornecimento de material de limpeza e higiene à escola EBI da Chamusca e aos jardins-de-infância da Chamusca e Pinheiro Grande, então nós como faríamos com qualquer outra Junta de Freguesia acedemos a fornecer o material. Penso que tem que haver aqui um esclarecimento relativamente a esta questão porque temos que frisar a Câmara e o Município não é um vendedor a retalho de materiais de limpeza.” -----

--Pedindo novamente a palavra o Eleito Rui Miguel Azevedo Martinho, Coligação Chamusca é o Meu Partido, citou: -----

--“Senhor Presidente eu peço imensa desculpa, mas eu não me considero esclarecido, eu fiz uma pergunta muito simples e direta se há cedência a título oneroso de bens de limpeza e higiene a mais alguma Junta ou União de Freguesias exceto a União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande, o Senhor Presidente da Câmara não me quis responder.” -----

--Pela bancada do PS, Nuno Jorge Lino Mira, disse: -----

--“Eu fiquei um bocado baralhado com a declaração do Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande porque eu voto naturalmente a favor desta proposta que está aqui apresentada uma vez que me parece que a União de Freguesias, é o que aqui está escrito, solicitou o apoio ao Município da Chamusca para garantir o

normal funcionamento de material de higiene, uma coisa é a proposta que naturalmente votamos a favor que queremos que as nossas crianças e que as nossas escolas tenham todas as condições de higiene e segurança outra coisa é querer fazer do Município um vendedor a retalho, se for para isso naturalmente que voto contra essa proposta mas parece-me que o Senhor Presidente já me esclareceu.” -----

--O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente solicitando-lhe que respondesse ao Eleito Rui Miguel Azevedo Martinho, deste modo a resposta apresentada foi: -----

--“Eu poderia responder Senhor Presidente com uma outra pergunta que é se chegou aqui alguma proposta de alguma outra Junta para que a título oneroso fossem fornecidos materiais e eu respondo claramente que não.” -----

--Rui Miguel Azevedo Martinho, Coligação Chamusca é o meu Partido, solicitando breve intervenção refere: -----

--“É que o Senhor Presidente da Câmara na reunião da Câmara em que foi apresentada esta proposta disse aos outros Vereadores, segundo julgo saber, que a Câmara estava a ajudar as outras Uniões e Juntas de Freguesia precisamente com a cedência onerosa destes materiais de limpeza e higiene, eu gostava de saber porque é que não vieram ou não foram apresentadas a esta Assembleia. Não houve essa exigência por parte do Município em relação às outras Juntas...” -----

--Interrompendo o Senhor Presidente da Assembleia disse não aceitar essa pergunta dado que o Senhor Presidente da Câmara já disse não haver mais nenhuma Junta nesta situação senão teria sido apresentada também à Assembleia Municipal. -----

--Intervindo novamente o Eleito Rui Miguel Azevedo Martinho, Coligação Chamusca é o

meu Partido: -----

--"Senhor Presidente é o seguinte o Senhor Presidente da Câmara entrou em contradição com o que disse aos Vereadores na reunião, portanto lá disse que havia e agora deixou de haver, é factual. Portanto deste modo como eu acho que não está a ser seguido um critério básico que é o da equidade entre todas as Juntas de Freguesia eu solicito que este ponto seja retirado da Ordem de Trabalhos, que não vá sequer a votação porque não vou pactuar com uma situação destas. -----

--Intervindo o Senhor Presidente da Câmara afirmou ao eleito que teria que pagar o que já foi fornecido tendo o este assentido. -----

--Questionou o Senhor Presidente da Assembleia ao Eleito: -----

--"Então como vamos anular este protocolo quando o Senhor aceitou este protocolo quando já recebeu este material e agora quer desfazê-lo, eu vejo um contrassenso. -----

--Retorquindo o Eleito: -----

--"Não Senhor Presidente não há contrassenso nenhum. Eu estou confrontado com uma situação única, eu creio fazendo fé nas palavras do Senhor Presidente de Câmara, na reunião de Câmara, que fornecia a todas as Juntas só está a ser solicitada à União de Freguesias a existência do protocolo, eu acho que não há igualdade de tratamento claro que pagamos imediatamente os bens que já adquirimos e que contrariamente...

--Interrompendo o Presidente da Assembleia aludiu: -----

--"Senhor Presidente eu tenho que o interromper o Senhor há pouco falou-nos aqui de legalidades, o Senhor faz uma proposta de protocolo que é aceite pelas duas partes, dá-se início ao cumprimento desse, acreditando estar todos de boa-fé, há atos feitos e já praticados não acho correto o que o Senhor está a fazer e sou eu como Presidente da

Assembleia Municipal que tenho que também zelar por aquilo que está a acontecer neste momento. É uma coisa que o Senhor deviria de refletir antes de me dizer que quer continuar por isso eu dou-lhe um espaço de tempo para pensar enquanto vamos ouvir três deputados que nos pediram a palavra.” -----

--Pelo PS, Nuno Jorge Lino Mira, declarou: -----

--"Em primeiro lugar perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se efetivamente disse na reunião de vereação que fornecia papel higiénico às outras Juntas de Freguesia ou não para a questão ser esclarecida, em segundo lugar dizer que isto é de muito mau tom e revela má-fé do Senhor Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande, quer dizer solicita apoio ao Município da Chamusca, o apoio é disponibilizado, depois vem a esta Assembleia Municipal dizer que retira o ponto que já não quer. Mas nós andamos a brincar com a saúde pública e com a higiene nas escolas das Freguesias da Chamusca e do Pinheiro Grande, é que isto não faz sentido nenhum e demonstra extrema má-fé do senhor Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande.” -----

--Joel Nunes Marques, PS, mencionou: -----

--“Se me contassem eu não acreditava que isto está a acontecer mas como estou cá acredito. O que estamos a falar aqui concretamente é da lei 75, do artigo dezasseis das alíneas m) e n) que diz rigorosamente que é competência das Juntas de Freguesia fornecerem material de limpeza aos estabelecimentos de ensino pré-escolar e às escolas do 1º ciclo, pelo que se consta há uma dificuldade da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande em fazer este fornecimento, por ambas as partes, Município, que quis fazer parte da solução, e União de Freguesias foi negociado um protocolo que está a vir

a esta Assembleia que provavelmente já foi aprovado em sessões quer do Executivo das União de Freguesias quer do Executivo Municipal, nós não andamos a brincar com uma Assembleia e muito menos andamos a brincar com os serviços que as crianças têm que ter no nosso Concelho, isto não é uma brincadeirinha que vou, como sou um menino mimado, vou prender o burro e colocar aqui em causa o fornecimento dos materiais de higiene às escolas, que eu até já negociei e aprovei, porque me apetece. A Câmara neste sentido está a ser parte da solução a Junta não está a conseguir cumprir com a sua competência própria, repito com a sua competência própria, a Câmara está a ser parte da solução, repito novamente o que disse este protocolo certamente já foi aprovado em reunião dos Executivo de ambas as Autarquias, chega a uma Assembleia para aprovar estamos todos ansiosos para aprovar e para resolver o problema das nossas crianças e agora pede-se para retirar um ponto, porquê? Porque dizem os outros, o diz que disse em política séria o diz que disse vale zero. A Junta de Freguesia da Carregueira, a Junta de Freguesia de Vale de Cavalos, a União de Freguesias da Parreira e do Chouto de certeza absoluta que cumprem com a sua competência porque até querem, porque até querem comprar no seu comércio tradicional os produtos e ajudar as suas empresas e fazem todo o gosto em fazer assim e felizmente têm uma organização que lhe permite com as suas prioridades, sendo esta uma das prioridades destas Juntas de Freguesias o fornecimento do material de limpeza e de higiene às escolas. Por isso nada mais tenho a dizer para além de que se a proposta do membro do PSD a votação ou vou votar contra porque este ponto tem que ir à aprovação porque eu quero, enquanto Deputado desta Assembleia quero que se solucione o problema das crianças a não ser que se calhar seja falso e se é falso não há problema se a União de Freguesias até consegue resolver o

problema se calhar isso tem que ser assumido aqui que isto é falso e que não é necessário.” -----

--Pela bancada da CDU, Maria Manuela Luz Marques, demonstrou a posição da sua bancada: -----

--“Nós também queremos votar este ponto por vários motivos, o primeiro dos quais é porque realmente o protocolo existe foi celebrada de boa-fé por ambas as partes, a cedência do material até já foi concretizada não há motivo nenhum neste momento para esta Assembleia não votar o ponto, se o Senhor Presidente da União de Freguesias depois quiser acabar com este protocolo poderá fazê-lo não aqui mas em outro contexto.

--O Senhor Presidente da Assembleia concordando com as últimas intervenções afirmou que o ponto iria mesmo ser votado. -----

--Usando da palavra o Senhor Presidente da Câmara referenciou: -----

--“O que foi colocado aqui em questão sobre se esta situação tinha sido exposta em reunião de Câmara, pegando nas palavras do Deputado Joel Marques o diz que disse tem muito que se lhe diga, estamos aqui neste momento curiosamente quatro Vereadores penso que estávamos todos na reunião de Câmara onde isto foi abordado e onde tecemos algumas considerações e onde ninguém ouviu de certeza, se eu estiver aqui a cometer alguma inconfidência ou a mentir que digam já aqui à frente desta Assembleia porque isso nunca foi dito, nunca foi dito. Não nos podemos esquecer estamos aqui sobre juramento de honra e que com a quantidade de mentiras que nós enquanto Executivo Municipal já ouvimos aqui hoje e daquilo que já fomos acusados por um Senhor Deputado eu considero que é completamente inaceitável da parte do Executivo Municipal, penso que posso falar por todos, aquilo que temos aqui ouvido. Considero

inaceitável que a Assembleia Municipal sirva neste momento para fazer a difamação, para fazer a vitimização, para fazer a coisa mais feia que um Presidente de Junta pode fazer à frente de uma Assembleia Municipal, à frente de colegas e à frente do Executivo Camarário que estamos do lado da solução e nunca ao lado do problema.” -----

--O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu o Senhor Presidente da Câmara de que não pode afirmar que é a Assembleia, há elementos da Assembleia que podem ter alguns critérios que não seja o mais correto mas isso não é a Assembleia no seu todo. -----

--Assim e nada mais surgindo o ponto foi colocado à votação e Aprovado por maioria com uma abstenção do Eleito Rui Miguel Azevedo Martinho da Coligação Chamusca é o meu Partido. -----

--O Senhor Presidente da Câmara colocou-se à disposição para eventuais questões sobre os contratos abaixo descritivos nos pontos cinco e seis e respetivas alíneas, nada ocorrendo, foram os mesmos votados e Aprovados por unanimidade: -----

--5– Contratos Interadministrativos – apreciação e votação: -----

--a) Contrato 1–2018 com Freguesia de Carregueira; -----

--b) Contrato 1–2018 com União das Freguesias de Parreira e Chouto; -----

--c) Contrato 2–2018 com União das Freguesias de Parreira e Chouto; -----

--d) Contrato 1–2018 com Freguesia de Vale de Cavalos; -----

--6– Contratos Interadministrativos – Campos de Férias de Verão – apreciação e votação: -----

--a) Freguesia de Carregueira; -----

--b) União de Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande; -----

--c) União de Freguesias de Parreira e Chouto; -----

--d) Freguesia de Ulme; -----

--e)Freguesia de Vale de Cavalos; -----

--7 – Designação de Quatro Cidadãos Eleitores com Capacidades para Intervir na Área das Crianças e Jovens em Perigo para a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – CPCJ. -----

--O Senhor Presidente da Assembleia solicitou às bancadas no caso de terem, que dessem os nomes dos cidadãos que pretendem apresentar. -----

--Assim pela bancada da CDU foram citados os nomes de Maria do Rosário Gonçalves Nalha, professora em funções na escola do primeiro ciclo da Chamusca por considerar que a mesma tem especiais conhecimentos e capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo. Pela Coligação Chamusca é o meu Partido foi indicado o nome de Cândida Lino e pelo PS foram apresentados os nomes de Sónia Maria Frazão Prestes Cláudio Ferreira e Ana Margarida Fernandes Bernardino. -----

--Procedeu-se de seguida à votação doas nomes apresentados tendo a lista sido votada e Aprovada por unanimidade. -----

----- **INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** -----

--Inquirido o público sobre possíveis intervenções apresentou-se o Munícipe José Monteiro: -----

--“Boa noite Senhor Presidente na sua pessoa cumprimento o resto da Assembleia. -----

--Agradeço a resposta que me chegou hoje, agradeço que tenha perdido algum tempo com a resposta, como referiu a meio da Assembleia, mas eu não sou político, nunca fui nem tenho aspirações a ser, portanto eu estou aqui como cidadão e não queria uma resposta política, a resposta que me deu é uma resposta política. Eu vou fazer algumas referências em relação aos três pontos, o primeiro em relação ao problema ali do

cruzamento do Areal em que a Câmara diz que na sequência dos vários acidentes tem aumentado a preocupação e apresentou-me aqui um caderno, muito engraçado com fotografias muito engraçadas, que eu tive o cuidado de ler a partir das cinco horas mas que eu não acredito que alguém da Câmara tenha lido isto que está aqui, não acredito, porque basta pegar numa das folhas deste relatório, para já isto é um relatório que andaram a fazer ensaios ao pavimento e andaram a verificar se os sinais estavam lá no sítio ou se eram fotofluorescentes quando o problema não é esse. Tenho a certeza absoluta que não houve preocupação, não há preocupação da Câmara em relação a este problema porque basta, eu tive dez minutos com este relatório, que eu cheguei às cinco horas foi quando o vi e a síntese principal deste relatório diz-nos assim: de dois mil e dez a dois mil e quinze houve doze acidentes, de dois e dez a dois e quinze em cinco houve doze acidentes e eu tenho provas nestes anos de cartas que escrevi para a Câmara, para a Junta de Freguesia, para os Bombeiros e para a GNR com a quantidade de acidentes que houve. Isto só prova que não houve empenho da Câmara em apresentar, porque houve uma comissão de acompanhamento segundo o que está aqui, portanto houve dois elementos da GNR, houve três elementos da CIMLT, entre eles o Engenheiro Tiago Jerónimo da Câmara Municipal, o Senhor Armando Sousa da Proteção Civil e dois elementos da Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária, portanto ou esta gente estava toda a dormir ou não sei onde é que foram arranjar este relatório dos doze acidentes. O mais grave ainda é que no fim do relatório diz assim:- “Embora tenha sido registado uma vítima mortal apenas ocorreram dois acidentes com vítimas quando no quadro em cima temos vinte e quatro feridos ligeiros” não sei o que serão vítimas e conclui assim:- “Sendo assim o ponto em questão não pode ser considerado um ponto

negro”. Ou seja se houvesse alguma atenção na leitura deste relatório chegava-se à conclusão que os números que aqui estão falseados e que nem daqui por dez anos temos o problema resolvido porque os técnicos, bons fotógrafos, que elaboraram este relatório chegam à conclusão que aquilo não é um ponto negro quando nós da última Assembleia até hoje tivemos lá sete acidentes, neste último mês tivemos lá sete acidentes. -----

--Eu só queria referir em relação a isto, ainda, é que no relatório nestas cem folhas e nas indicações que a Câmara diz que vai fazer não se fala vez nenhuma na estátua, mas será que ninguém percebe que é a estátua que causa estes problemas, ainda ninguém percebeu isso que é a estátua que impede que as pessoas vejam os carros que vêm do lado esquerdo. Mete-me impressão que técnicos habilitados, acho que isto não foi feito por um técnico habilitado, eu acho que foi feito por um cachopo que acabou de tirar o curso, não consigam perceber que o problema é a estátua. -----

--Agora vou entrar nas suas respostas políticas, eu tinha questionado em relação à empreitada da Escola qual o fundamento do atraso das obras e a resposta que eu obtive foi que a assinatura do contrato foi feita em tal data, o auto de consignação da obra foi feita no dia dez de julho, o prazo de execução da obra acabava no dia vinte do quatro e foi autorizada uma prorrogação da execução de trabalhos por mais setenta e dois dias, eu não sou fiscal desta Assembleia eu estou a questionar, nem sou político nem serei político, estou a questionar por ser um cidadão preocupado. Preocupa-me que numa obra com duzentos e setenta dias de prazo que a Câmara tenha concedido uma prorrogação de trinta por cento. Do que eu sei dos contratos públicos uma prorrogação de trinta por cento só se dá em caso de intemperes, ou problemas graves em que a obra esteja parada, ou erros de projeto que impliquem que a obra parou, como a prorrogação

de prazo foi dada no dia nove de fevereiro e até ao dia nove de fevereiro do ano passado nunca choveu portanto essa não podia ter sido uma justificação para a prorrogação, como o projetista é de alto gabarito e a fiscalização também é de alto gabarito também não podem ser justificação para erros de projeto portanto alguma justificação houve. Por conseguinte para além dos custos inerentes à Câmara da Chamusca com as infraestruturas que têm acoplado lá em cima o Senhor Presidente sabe que a fiscalização da obra custa trinta mil seiscentos e noventa euros contrato feito por duzentos e setenta dias portanto se nós fizermos a conta a trinta mil seiscentos e noventa a dividir por duzentos e setenta dias temos cento e treze euros por dia de custo de fiscalização, se nós prorrogamos a obra por setenta e dois dias a fiscalização vai custar oito mil cento e oitenta euros a mais e isto é que eu questionei, a minha preocupação é essa. Quanto é que a Câmara vai gastar a mais por causa da obra se estar a atrasar e porque é que se deu o prazo de trinta por cento de prorrogação de uma coisa destas? -----

--Relativamente à última questão que é a que me diz mais respeito porque interfere com a minha vida profissional eu tinha questionado relativamente ao projeto da unidade de saúde tendo em conta que já foi esta Câmara no anterior mandato e neste que um dos objetivos é apoio ao comércio local e aos serviços locais, nós vemos aí pelo menos no natal vemos aí essas indicações descritas nas árvores de natal. Portanto o que eu gostaria tendo em conta que o Município pretende e tem um compromisso do apoio ao comércio e serviços locais porque é que não convida empresas do comércio local? Porque é que a Gabicrel tem vinte anos de existência e um curriculum grande nesta área dos centros de saúde e foi convidar uma empresa que foi formada em dois e treze e fez um ajuste direto por quarenta mil euros para o centro de saúde e no mesmo dia por trinta mil euros para

o centro de artes? -----

--Eu posso-lhe dizer também em relação a este tipo de obras e confrontando o Deputado Socialista Mira em relação aos critérios e à gestão financeira da Câmara eu ainda posso fazer esta referência que estive ainda há bocado a verificar e sei que a Câmara adjudicou, também por adjudicação direta não percebo como é que se consegue fazer ajustes diretos com valores superiores a vinte mil euros, não consigo entender mas pronto. A Câmara fez um ajuste direto no dia vinte e oito de agosto a uma empresa de Santarém para fazer a reabilitação dos diques da Chamusca por vinte e um mil e quatrocentos euros, nesta altura a vinte e um de agosto de dois mil e dezassete eu andava a fazer o Dique dos Vinte, o Dique da Labruja, todos os diques da Azinhaga para a Câmara da Golegã muito mais quilómetros e faturei à Câmara da Golegã nove mil e quatrocentos euros. Eu não consigo entender porque é que a Câmara faz ajustes diretos e não convida empresas, não preciso de ser eu não felizmente do trabalho para nada agora o Senhor Presidente na última Assembleia, para mim esta vai ser a ultima, falou numa coisa que eu ainda não me esqueci, o Senhor falou em quarenta anos de democracia e transparência como sabe eu também tenho quarenta anos de democracia e transparência do Executivo todo Camarário que aí está eu devo ser o que tenho mais anos de Partido Socialista porque nem o Senhor Presidente tem tantos anos de Partido Socialista como eu, como sabe eu comecei em setenta e seis e o Senhor começou muito mais tarde. Portanto eu não consigo conceber que se façam ajustes diretos e não se convidem as empresas do Concelho como é apanágio daquilo que se diz em termos de política.” -----

--O Senhor Presidente da Assembleia agradecendo a intervenção disse que iria ter em

(S: 20.04.2018)

conta o referido e depois se fosse o caso dar-lhe-ia a resposta. -----

--O suporte digital encontrar-se, como habitualmente no Gabinete da Assembleia Municipal para eventuais consultas e continuará a servir de apoio às atas, pelo que há partes em que são apenas feitas referências sumárias das intervenções realizadas durante o decorrer dos trabalhos. O suporte digital desta sessão será denominado de Sessão Ordinária de abril de 2018. -----

--Nada mais ocorrendo, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, da qual se lavrou a presente Ata que, conjuntamente com o Senhores Presidente da Mesa e Segundo Secretário passo a assinar.
